

**COORDENAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, PROCESSOS
E GESTÃO DOCUMENTAL – COSIG.F**

IMPLANTAÇÃO DA ASSINATURA DIGITAL



Sumário

- ❑ Principais Benefícios
- ❑ Diferentes Tipos de Assinaturas Eletrônicas
- ❑ Embasamento Jurídico
- ❑ Assinatura Digital
- ❑ Componentes para Aplicação de Assinatura Digital
- ❑ Arquivo Original

Principais benefícios da assinatura eletrônica

Mais um mecanismo para a eliminação do papel.

Velocidade na tramitação dos documentos, com aceleração dos processos.

Velocidade na assinatura de documentos.

Garantia de autenticidade.

Facilidade de validação das assinaturas.

Por que reduzir/eliminar o papel é importantíssimo



MEIO AMBIENTE



Medida Provisória nº2.200-2, de 24 de agosto 2001

•Art. 10.(...)

1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art.131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916-Código Civil.

§2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012.

Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

Art. 3º O processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a **integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital**, com o emprego de **certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil**.

Parágrafo único. Os meios de armazenamento dos documentos digitais deverão protegê-los de acesso, uso, alteração, reprodução e destruição não autorizados.

Embasamento Jurídico

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Art. 2º-A. Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, **de documentos privados**, compostos por dados ou por imagens, observado o disposto nesta Lei, nas das demais legislações específicas e no regulamento.

§ 1º Após a digitalização, constatada a integridade do documento digital nos termos estabelecidos no regulamento, **o original poderá ser destruído, ressalvados os documentos de valor histórico**, cuja preservação observará o disposto na legislação específica.

§ 2º **O documento digital e a sua reprodução**, em qualquer meio, realizada de acordo com o disposto nesta Lei e na legislação específica, **terão o mesmo valor probatório do documento original**, para todos os fins de direito, **inclusive para atender ao poder fiscalizatório do Estado**.

§ 3º Decorridos os respectivos prazos de decadência ou de prescrição, os documentos armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente poderão ser eliminados.

§ 4º Os documentos digitalizados nos termos do disposto neste artigo terão o mesmo efeito jurídico conferido aos documentos microfilmados, nos termos do disposto na [Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968](#), e regulamentação posterior.

§ 5º Ato do Secretário de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia estabelecerá os documentos cuja reprodução conterá código de autenticação verificável.” (NR)

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 881, DE 30 DE ABRIL DE 2019

Art. 3º São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômicos do País, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição:

X - arquivar qualquer documento por meio de microfilme **ou por meio digital**, conforme técnica e requisitos estabelecidos em regulamento, **hipótese em que se equipará a documento físico para todos os efeitos legais** e para a comprovação de qualquer ato de direito público.

PORTARIA Nº 211, DE 11 DE ABRIL DE 2019

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 67, alínea f, inciso VII, do Decreto nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, bem como o constante do Processo nº 19964.100139/2019-19, resolve

Art. 1º É considerada válida a utilização de certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, normatizada por lei específica, para a criação e assinatura eletrônica dos seguintes documentos:

Art. 3º A forma de assinatura, guarda e apresentação de documentos prevista no art. 1º é inicialmente facultativa, **tornando-se obrigatória nos seguintes**

prazos, contados da vigência desta Portaria:

I - 5 (cinco) anos, para microempresas e microempreendedores individuais;

II - 3 (três) anos, para empresas de pequeno porte; e

III - 2 (dois) anos, para as demais empresas.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser aceita a apresentação do documento em papel quando a geração do mesmo em formato digital se mostrar comprovadamente inviável, seja em razão de sua natureza ou do local onde a fiscalização venha a ser realizada.

Assinatura Digital

Padrão: ICP-Brasil

4.1 Assinatura Digital ICP-Brasil é a assinatura eletrônica que:

- a) esteja associada inequivocamente a um par de chaves criptográficas que permita identificar o signatário;
- b) seja produzida por dispositivo seguro de criação de assinatura;
- c) esteja vinculada ao documento eletrônico a que diz respeito, de tal modo que qualquer alteração subsequente neste seja plenamente detectável; e
- d) esteja baseada em um certificado ICP-Brasil, **válido à época da sua aposição.**

Assinatura Digital

Garantia de Segurança e de Integridade

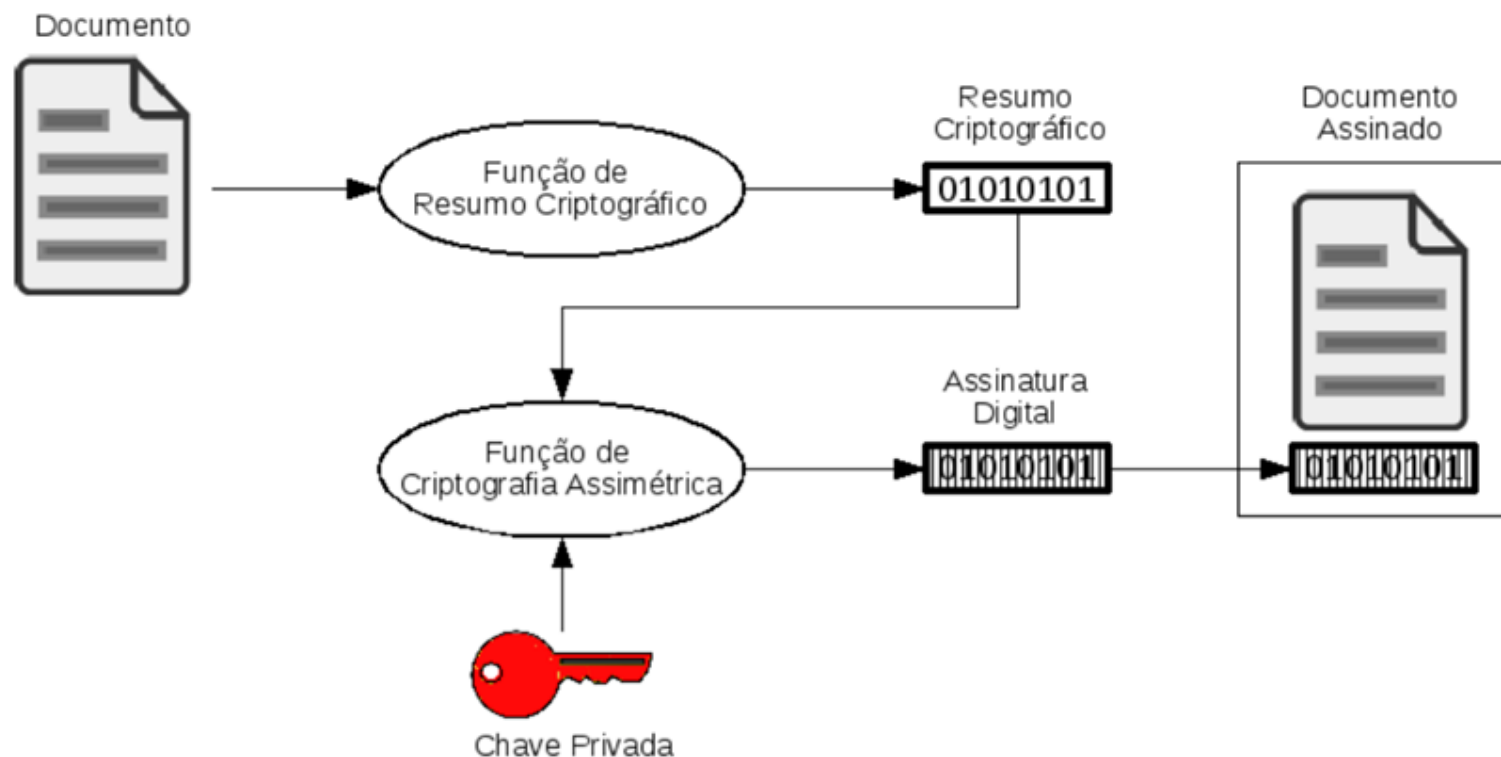


Figura 2: Diagrama simplificado de criação de assinatura digital

Assinatura Digital

Garante a autenticidade do documento

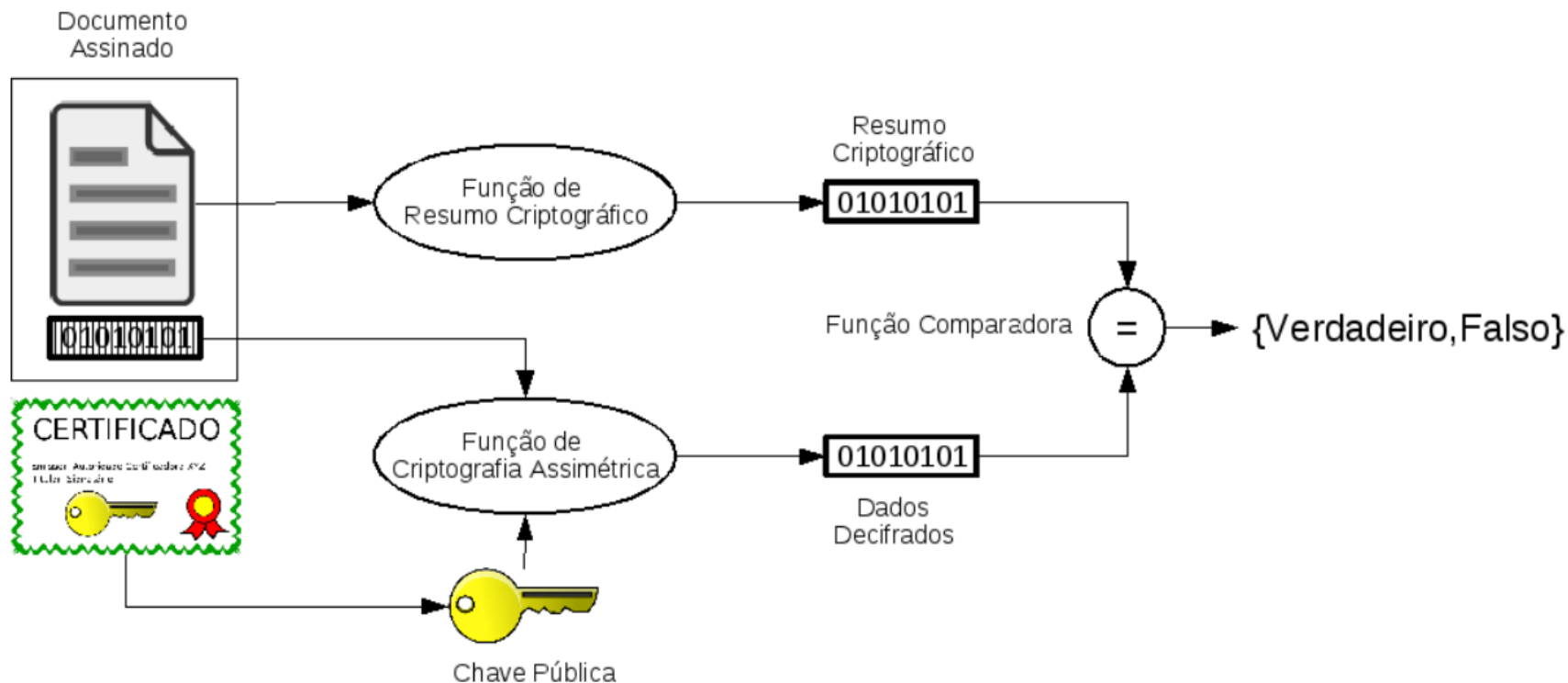


Figura 3: Diagrama simplificado de verificação de assinatura digital

Assinatura Digital

Várias assinaturas em PDF

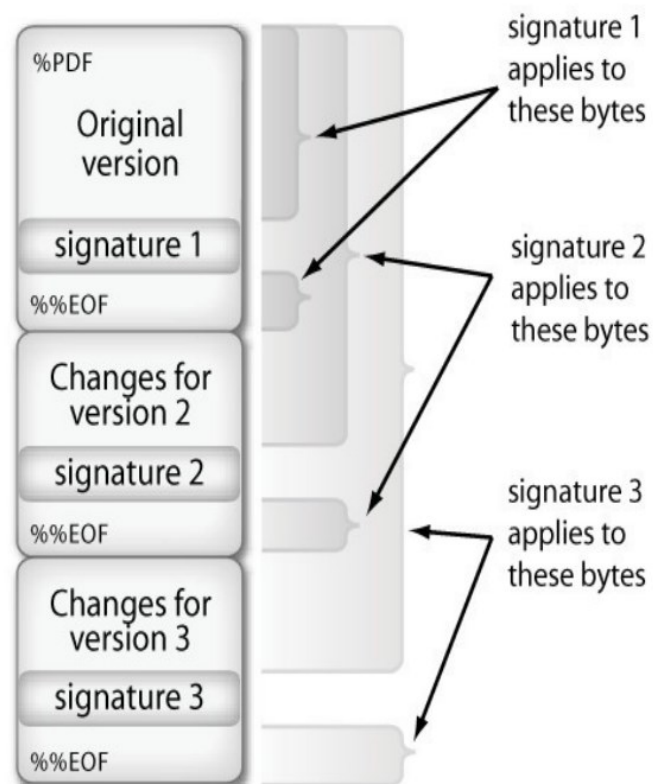


Figura 8: Assinatura Serial em PDF

Fonte: ETSI.org

No cenário digital, em conteúdos assinados digitalmente não é relevante o conceito de original e cópia. Funcionalmente, **original e cópia são equivalentes**. Do ponto de vista da validação de alterações **não existe diferença entre o original e a cópia**. O original e a cópia são idênticos, ou seja, **podem ser validados da mesma maneira**.

Referências

Os normativos sobre Assinatura Digital na ICP-Brasil são listados na Tabela 1:

Código	Título	Conteúdo
DOC-ICP-15 (este documento)	Visão Geral sobre Assinaturas Digitais na ICP-Brasil	Define os principais conceitos e lista os demais documentos que compõem as normas da ICP-Brasil sobre o assunto.
DOC-ICP-15.01	Requisitos para Geração e Verificação de Assinaturas Digitais na ICP-Brasil	Estabelece os requisitos obrigatórios a serem observados na criação e verificação de assinaturas digitais na ICP-Brasil.
DOC-ICP-15.02	Perfil de Uso Geral para Assinaturas Digitais na ICP-Brasil	Delimita os atributos a serem usados na geração de assinaturas digitais no âmbito da ICP-Brasil [4].
DOC-ICP-15.03	Requisitos para Políticas de Assinatura Digital na ICP-Brasil	Define o formato, estrutura e sintaxes que devem ser observadas para a criação de novas políticas de assinatura digital. Apresenta, adicionalmente, as políticas padrão e o esquema de gerenciamento de políticas na ICP-Brasil [5].

Tabela 1: Organização dos documentos sobre Assinatura Digital na ICP-Brasil

cosig@inb.gov.br



www.inb.gov.br